

“Sem desespero, rumo ao entendimento”

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

As semelhanças entre as condições da economia brasileira entre os últimos meses do governo Sarney e o atual momento são peculiares, como a dificuldade quanto ao ajuste fiscal por excesso de rigidez da Constituição do País promulgada em 1988. Do ponto de vista político os dois períodos da história brasileira também são parecidos.

“O horizonte de 1989 estava à vista, era a eleição presidencial, e o objetivo da equipe econômica estava claro: conduzir um processo de transição até a posse do novo presidente. Hoje, mais do que ontem, a condição política exige, contudo, cuidadosa administração de expectativas, pois o governo tem uma missão definida: chegar a um acordo político e, neste sentido, não há razão para se criar clima de desespero.”

É isso o que pensa o ex-ministro da Fazenda Mailson Ferreira da Nóbrega. Ele acredita que “talvez a política monetária tenha que estar melhor adequada com um corte da cunha fiscal, mas o governo tem condições de controlar este processo, pois o acordo político está próximo”.

Mailson da Nóbrega pondera que o Congresso está mais consciente da necessidade de mudança, assim como a sociedade mais madura e a patrulha ideológica menor. “Hoje o País vive em condições reduzidas de governabilidade para aglutinar a maioria contra uma minoria que ainda se

mira no passado. Não duvido que a minoria será atropelada mais cedo ou mais tarde.”

PERDAS PESADAS

Para Nóbrega, é certo que a economia caminha para dificuldades crescentes. No entanto, estas dificuldades são preciosas para mudar a mentalidade da população. “O acordo sairá quando todos entenderem que a soma tem sido negativa e que a classe política poderá ser a grande perdora desse processo.”

O ex-ministro observa que não existe saída a não ser encontrar mudanças para a Constituição, que, na sua opinião, não passa de um instrumento que acabou sendo percebido como sonhador. “Além de uma salada inviável de regras, a Constituição inclui boa dose de fisiologismo e interesses dos cartéis e da burocracia estatal. Ela traduziu principalmente uma ação de grupos e não os anseios da sociedade. Miópe, a Constituição não passa de um experimento.”

Mailson da Nóbrega diz que a formação de uma consciência política no País é definitiva para que a economia avance, pois o plano econômico melhor concebido pode ser um fracasso com um governo politicamente fraco, sem liderança capaz de aglutinar os desejos da sociedade, enquanto um programa simples pode ser um sucesso num contexto de grande credibilidade.

“O plano da Bolívia é um bom exemplo”, comenta o ex-ministro. “Ele é o resultado da atitude de um pre-

sidente que decidiu encerrar seu governo sem populismo, como um grande estadista.”

Na sua opinião, um plano só funciona quando as instituições políticas estão consolidadas com capacidade de corrigir e administrar o jogo de interesses que permeia toda a sociedade. “O grande equívoco dos planos Collor I e II foi acreditar que era possível impingir um plano tecnocrático que retratava muito idealismo, pouca experiência e falta de estrutura política.”

Descendo a detalhes, ele comenta que a sobrecarga dos impostos que afeta o custo do crédito penalizando empresas, que dependem de financiamento bancário, também traz problemas para o governo.

Em 1989, a alíquota de recolhimento do Finsocial era de 0,6%. Hoje ela é de 2%. Esse é o resultado transparente da necessidade de dinheiro do governo, que não consegue levar adiante o ajuste fiscal da magnitude necessária para começar a colocar, de fato, a economia nos eixos.

O ex-ministro da Fazenda pondera que o Finsocial, por exemplo, só ampliou a cunha fiscal. A margem de manobra da política monetária acabou ficando menor, pois para mudar o portfólio dos agentes econômicos ela precisa ser tão elevada que se torna proibitiva para os tomadores de dinheiro no mercado financeiro.

O ex-ministro, que foi o responsável direto pela travessia do País do governo Sarney para o governo Collor administrando um indi-

ce de preços da ordem de 70% ao mês, insiste que mais cedo ou mais tarde o governo terá se render às evidências e apressar uma arrumação rápida da casa. Entre medidas urgentes está o lançamento de um título pós-fixado.

Na opinião do ex-ministro, a criação da Nota do Tesouro Nacional (NTN), ainda que admitindo a recompra de 30 dias, não é garantia de isenção de risco para o sistema financeiro, embora a NTN seja considerada por ele uma saída engenhosa. Mailson da Nóbrega lembra que o deságio dos títulos, que deverão ir a leilão na próxima quinta-feira, pode ser neutralizado pelo ritmo da aceleração inflacionária.

“Em 1989”, lembra, “o preço pago pelo governo Sarney para assegurar a rolagem da dívida pública foi a convivência com a Letra Financeira do Tesouro (LFT).”

Esse título é uma versão travestida da Letra do Banco Central (LBC) criada pelo economista André Lara Resende, em 1986, quando diretor da Dívida Pública do Banco Central. A LBC e mais tarde a LFT rendiam taxas equivalentes ao próprio “overnight”, praticamente eliminando o risco de financiamento das instituições e reduzindo o custo de captação do governo que, historicamente, era forçado a recomprar títulos pós-fixados — como ORTN — do mercado quando havia qualquer descompasso entre a remuneração dos papéis e o custo de bancagem nas carteiras próprias das instituições.